

Governo volta a cogitar moratória

Brasília — Gilberto Alves



Teodomiro Braga

BRASÍLIA — O governo está preparado para decretar nova moratória se não obtiver significativa redução nos pagamentos da dívida externa ainda este ano. Como parte dos preparativos para a eventualidade da decretação da moratória, o pacote anunciado ontem incluiu a centralização das operações de câmbio no Banco Central. Além disso, há informações de que o BC também teria iniciado a transferência das reservas cambiais do país aplicadas em bancos privados internacionais, para os cofres mais seguros do Bank of International Settlements (Banco Internacional de Compensações), o BIS, sediado na Suíça, como foi feito às vésperas da moratória de 1987.

Na entrevista de ontem em que anunciou o Plano Verão, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse que a moratória é uma alternativa em cogitação pelo governo. "A centralização do câmbio é um mecanismo de cautela, para que o país possa agir prontamente se o nível das reservas caírem abaixo do limite estabelecido", explicou o ministro, acrescentando: "O país poderá se ver na contingência e não hesitará em suspender os pagamentos dos juros da dívida externa". Numa clara alusão à moratória de 1987, da qual discordou por não ter sido seguida de uma proposta de negociação com os bancos, Maílson chegou a explicar como seria a

moratória de 1989: "Não será feita de forma confrontacionista. Virá (a moratória) como necessidade de proteção às reservas".

O ministro não quis revelar em que nível das reservas será disparada a moratória. "É segredo", esquivou-se, rindo, ao ser indagado pelos jornalistas.

Em seu pronunciamento à nação, o presidente José Sarney também deu um claro recado sobre a sua intenção de adotar novamente medidas extremas na área externa: "Se chegar a hora de optar nessa questão, como em qualquer outra, prevalecerá sempre o interesse do desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo brasileiro", afirmou o presidente da República, depois de anunciar que havia determinado a ultimação de "estudos para um programa adicional de redução da dívida externa".

Na conversa que teve no sábado à noite, no Ministério do Trabalho, com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maílson revelou que o governo irá adotar posição de força nas negociações com os bancos privados, garantindo que o país tem reservas cambiais suficientes para bancar um eventual confronto com os credores. O ministro da Fazenda fez essas afirmações depois que os representantes da CUT cobraram medidas para resolver o problema da dívida externa, insistindo que sem providências ousadas na área externa o novo programa econômico não teria sucesso.

Integrantes da equipe econômica asseguram que as reservas internacionais do país somam atualmente cerca de US\$ 8 bilhões, mas há informações de que o seu nível teria caído nas últimas semanas. De qualquer forma, a redução do saldo comercial de US\$ 19 bilhões em 1988 para US\$ 14,5 bilhões previstos em 1989 significa que o país terá muito menos recursos nesse ano para fazer frente aos compromissos externos do país.

Além da centralização do câmbio, há outras medidas do Plano Verão relacionadas com a área externa: a suspensão por um ano das operações de reemprestimo dos créditos dos bancos junto ao Banco Central (o chamado *relending*) e a suspensão por tempo indeterminado das conversões da dívida externa em investimentos. Proposta do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, previa a limitação dos pagamentos dos juros da dívida externa. A medida não foi adotada, mas certamente a proposta irá balizar as negociações dos representantes do governo com os bancos credores.

Segundo o ministro Maílson da Nóbrega, uma equipe governamental está examinando a questão da dívida com objetivo de tentar obter redução nas transferências de recursos do país ao exterior, "ainda em 1989". "A suspensão dos pagamentos dos juros só ocorrerá se as reservas atingirem nível mínimo assumido pelo governo", disse ele em outra passagem da entrevista de ontem no Palácio do Planalto.